

Missão Possível

José Albuquerque Tavares*



Maus Políticos

Os cidadãos com menores qualidades têm, tudo o resto igual, maior interesse em envolver-se na política. Os de baixa competência sacrificam menos, em termos materiais, ao abandonarem a carreira no sector privado; e os mais desonestos poderão extrair mais benefícios materiais, sob a forma de corrupção e favorecimentos, do exercício do poder

ção e favorecimentos, do exercício do poder.

Quer isto dizer que devemos encarar os políticos no activo como uma grande montra do que de mais pequeno e limi-

tado os cidadãos são capazes de oferecer? Não, nem por isso. Felizmente que os eleitores preferem quase sempre pessoas mais capazes e mais honestas, e este é o mecanismo que limita a deriva da política como carreira alternativa a formas mais evidentes de delinquência. A qualidade dos homens políticos depende da força relativa dos dois efeitos, a auto-selecção dos menos bons e a capacidade dos eleitores para seleccionarem os melhores.

Em algumas circunstâncias os melhores podem desertar da carreira política e os eleitores têm que escolher entre o mau e o menos mau. Isto porque a recompensa do cargo público depende não apenas dos salários dos políticos, tão em foco ultimamente, mas também dos chamados "benefícios para o ego", o status e prestígio que vem com ser um dos actores na condução do estado. Ora quando o sistema político atrai para políticos os cidadãos de menores qualidades, desencoraja os melhores de o fazer. Os maus políticos não apenas prejudicam os eleitores, desencorajam os bons políticos de emergirem pois o prestígio de tal opção diminui. Tudo isto terá até agora um claro sabor a "deja vu" e com ressonâncias bastante recentes.

Mas a terceira conclusão deste trabalho traz uma mensagem diferente. E aponta o dedo aos "bons políticos" (alguns dos quais chegaram a ser muito maus, mas há mais tempo). Segundo os autores deste estudo, os políticos activos - bons, maus ou assim-assim - têm a capacidade de mudar o sistema para encorajar os competentes e os honestos e afastar os outros. Ora os nossos "bons

políticos", ainda hoje tão poucos que talvez consigam reunir-se num jantar, esqueceram-se de o fazer. Esqueceram-se de alterar o sistema. A "geração de ouro" que tomou as rédeas ao nosso sistema político após a revolução de 1974, venceu apenas em campeonatos juniores ao afastar algumas caras e tiques do antigo regime. O campeonato maior, o de tornar o sistema político mais sensível aos eleitores, o de criar concorrência entre políticos com base na competência, o de criar um sistema judicial que penalize os mais corruptos, tudo isto continua na gaveta.

E quais seriam as reformas concretas capazes de multiplicar os "bons políticos"? Proponho três. Círculos eleitorais uninominais em que os eleitos respondam aos eleitores, aos seus eleitores. O que temos é deputados cuja autonomia face aos partidos a que pertencem é evidente, e inexistente. Os eleitores voltam em listas que pouco significam e não sabem a quem pedir contas. A segunda reforma viável seria a criação de regiões com líderes eleitos directamente. Com poderes regionais de despesa e tributação equilibrados poder-se-ia responsabilizar os eleitos, aproximando-os das consequências das suas decisões. Em vez disso optou-se por fazer representar o governo, a nível local, por governadores (e ministros da república) cuja legitimidade não é maior nem menor que as herdadas da I República e da ditadura centralistas, ou seja, muito pouca.

A consequência do encerramento do sistema político sobre si mesmo desencorajou naturalmente alguns dos mais

capazes e preservou uma elite demasiado fechada. Recordo-me de um país da América Central em que, sempre que se falava de um ministro ou de um director de empresa se acrescentava que morava no bairro X, sempre o mesmo bairro X. É difícil pensar a capacidade de regeneração que se gera entre pessoas que partilham as águas da mesma piscina. Pois nós já estivemos mais longe disso. Entre os bons (e maus) políticos que têm emergido desde a revolução estão três que estudaram na mesma faculdade ao mesmo tempo, um número bastante mais elevado que fez o mesmo liceu e dois que partilharam o mesmo confessor. Não é bonito.

Se não for possível abrir o sistema político português aos competentes e honestos, por mais "locais" que sejam, que os bons políticos se decidam finalmente a avançar com a grande reforma ausente da nossa história democrática, a da administração pública. Aumente-se, aqui sim, os salários dos cargos médios e superiores da administração do estado, depois de garantir o seu recrutamento num mercado aberto, lateral às ideologias e compadrios políticos. É que uma boa administração pública é a melhor forma de lidar com os maus políticos, tornando-os irrelevantes. Para a sobrevivência das democracias pode até não ser necessário atrair sempre os melhores, basta evitar que os piores façam estragos.

*Professor na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e membro do missão.possível. jtavares@fe.unl.pt

Sempre houve bons e maus políticos. Analisar a qualidade das elites políticas é a a ocupação natural de alguns dos melhores politólogos e cientistas sociais. O sociólogo Max Weber fazia a distinção entre políticos que viviam "da política" e os que viviam "para a política", Adam Smith relacionava a procura de cargos públicos com a "cobiça" ou a "ambição". E Platão, num acesso de puritanismo com consequências até hoje no comportamento político, dizia que a cidade melhor administrada é aquela onde os que governam têm menos vontade de o fazer. Mas poucos identificaram os mecanismos que levam a melhores ou piores "colheitas" de homens e mulheres políticos. A excepção é o recente trabalho de Caselli e Morelli, significativamente intitulado "Bad Politicians". Os autores começam por distinguir duas características diferentes que podem ser chamadas de qualidades quando aplicadas a políticos: a competência e a honestidade. A primeira é a capacidade de fazer mais com menos, a segunda o empenho em exercer funções sem abuso de poder para proveito pessoal. Competência e honestidade podem ou não andar a par, como o clássico estribilho do "roubo, mas faço" de um popular político paulista ilustra. O primeiro resultado de Caselli e Morelli parece evidente: os cidadãos com menores qualidades têm, tudo o resto igual, maior interesse em envolver-se na política. Os de baixa competência sacrificam menos, em termos materiais, ao abandonarem a carreira no sector privado; e os mais desonestos poderão extrair mais benefícios materiais, sob a forma de corrup-